

## **A memória da cidade aniversariante: São Paulo e as disputas pela paternidade da fundação**

O presente trabalho fora originalmente escrito como primeira parte do capítulo 4, de minha tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2009 com o título: *O Apóstolo Progresso e as Alegorias da Fundação: Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo*.

### A paternidade da Companhia de Jesus:

Entrar em minúcias a respeito das fundações desses aglomerados urbanos, não é fazer reconstituição histórica, mas sim mera reportagem.

Eis que discutir sobre os nomes dos autores das fundações e concluir por um deles, contra os outros, parece-me ser puro bizantinismo!

Isso alterará por ventura a evolução dos acontecimentos ou a linha dos sucessos históricos?

Que importa que o nome do fundador de São Paulo fosse José, Manuel, Leonardo, ou Serafim? Em que modificaria a História? Então onde a importância dessa estéril questão?

A verdadeira responsável pela fundação de São Paulo e pelo povoamento do Planalto foi a invasão dos vicentinos obrigados a emigrar do litoral pelo funesto resultado da primeira batalha do açúcar. O instrumento dessa invasão na fundação foi a Companhia de Jesus. O resto tem importância secundária na minúcia que não deve tomar tempo de verdadeiros historiadores.<sup>1</sup>

### A paternidade dos Jesuítas quinhentistas:

[...] João Ramalho, o primeiro homem branco que entrou em contato com o planalto, devia ter uns bons vinte anos de permanência nessas plagas. Mas, início e planejamento e consolidação da obra portentosa que alargou e fixou as fronteiras

---

<sup>1</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Jornal Diário de S. Paulo*, 24.01.1954, p. 13.

do Brasil e nos trouxe, comandando um grande Estado à Metrópole magnífica de hoje, coube ao impetuoso, ao fascinante ardor apostólico dos jesuítas [...].<sup>2</sup>

## A Paternidade de João Ramalho:

[...] ainda se discute uma tese de todo em todo cerebrina. Esta: - “Quem fundou São Paulo”. E biparte-se entre Nóbrega e Anchieta a opinião dos entendidos. Formam-se dois partidos... (por que não dize-lo?) políticos, que esse desentender-se, maléfico subdivisor, é mal orgânico de nossa gente. Há de um lado os lusistas; e de outro, os sentimentalistas. Nóbrega era português; e a portugueses se há de atribuir a justa glória do estabelecimento, no continente sul-americano, da “cidade que mais cresce no mundo”. Anchieta, um ameno canarim e, pois, hispânico: mas suave taumaturgo foi quem povoou de milagres a Áurea Legenda do Novo Mundo, e codificou a “língua geral”, instrumento primeiro para a dura empresa da catequese.

Ora, já às vésperas da oficializada comemoração, ainda se debate a questiúncula. Matéria de “lana caprina”. Permitam os versados a um verzejador democrático o inofensivo direito de um breve aparte. O poeta, como o coração “a sés raisons que la raison ne conait pas”. Concedido o aparte... afirmo esta minha escandalosa conclusão: Quem fundou São Paulo foi João Ramalho.<sup>3</sup>

## A Paternidade de Anchieta:

Sabe-se que um grupo de jesuítas fundou São Paulo. Mas qual deles é o principal? O verdadeiro fundador?

Para mim, Anchieta.

Desde menino é o que me ensinaram. A Câmara do Senado, em 17 de março de 1685, diz: “foi o venerável Padre Anchieta que fundou esta vila”. A tradição [...] assim me traz o seu nome de quatro séculos até a hora atual.

Sentença histórica; passada em julgado, portanto.

Ao lado dos documentos, porém, não podem faltar os fatos.

Se ter fundado São Paulo não podia ser obra de um só e os que ajudaram a fundá-la são Nóbrega, Tibiriçá, João Ramalho, Martim Afonso e outros, o meu Anchieta é o principal fundador?<sup>4</sup>

## A Paternidade de Nóbrega:

<sup>2</sup> Jornal *Correio Paulistano*, 24.01.1954, p. 5.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Guilherme de. “Quem fundou São Paulo. Licença para um aparte”. Jornal *O Diário de S. Paulo*, 01.01.1954, p. 14.

<sup>4</sup> RICARDO, Cassiano. “Meu Anchieta”. *Anchietana*. Obra citada, p.196.

Padre Manuel de Paiva, designado por Nóbrega celebra a 25 de janeiro a missa padroeira da inauguração do colégio. Serve-lhe de coroinha, o Irmão José de Anchieta, indicado por Nóbrega, para seu secretário e primeiro professor de latim do colégio.

Assim Padre Manuel da Nóbrega funda o colégio de Piratininga no dia de São Paulo, que deu o nome à povoação, à vila, à cidade, à província, ao Estado.

E assim Manuel da Nóbrega fundaste sob o sinal de Cristo e numa Escola, esta São Paulo de Piratininga.<sup>5</sup>

## A Paternidade de Tibiriçá:

Tibiriçá, o braço construtor, tornara-se o braço defensor. Não capitularia jamais. A povoação, obra da orientação dos jesuítas e do seu esforço, era menos deles do que sua [...].

A 25 de janeiro de 1554, portanto há 399 anos, assistirá à Missa Padroeira, não como simples expectador, mas como crente e como fundador [...].

Se Tibiriçá foi, como testemunhou o Taumaturgo Brasileiro, em 1963, nove anos depois de terem os jesuítas instalado no planalto, “fundador e conservador da Casa de Piratininga”, foi “ipso-fato” fundador da povoação que se formou em torno do Colégio e veio a transformar-se com os anos na Metrópole Bandeirante.<sup>6</sup>

Os fragmentos que escolhemos para iniciar este capítulo apresentam, em linhas gerais, uma síntese das principais correntes que se manifestaram em 1954, na Cidade de São Paulo em recorrência ao nome do seu fundador. Na maioria das vezes, são opiniões fortemente divergentes e contraditórias, ainda que algumas procurassem mediar uma difícil conciliação. De qualquer forma, esses depoimentos representam um ponto de partida para que possamos resgatar a intensidade do debate sobre o fundador da capital paulista nos periódicos que circulavam em São Paulo, no alvorecer de seu IV Centenário.

Todo o percurso que fizemos até aqui teve como perspectiva observarmos mais de perto o endereçamento do mito fundador e as contingências históricas da sua consagração. Esse não foi um aspecto construído isoladamente das outras discussões. A escolha da narrativa que pudesse melhor agregar as diversas variáveis que arrolavam aspectos da fundação e os interesses que se articulavam ao IV Centenário são pontos decisivos para o entendimento de sua moldagem. O debate que resultou no alargamento das fraturas *intra e extra* classe mobilizou institucionalmente um vasto arsenal de

<sup>5</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 114.

<sup>6</sup> SANTANA, Nuto. “Tibiriçá: fundador da casa de Piratininga”. Jornal *Correio Paulistano*, 25.01.1953, p. 04. O autor assinou o artigo com a referência “Da Academia Paulista de Letras”.



formulações. A leitura desses depoimentos torna-se, pois, decisiva para que possamos reabrir a discussão e procurar dimensionar as variáveis que corroboraram para que José de Anchieta fosse, de acordo com essa perspectiva, transformado gradativamente no principal fundador.

As principais correntes envolvidas no tema basicamente se restringiram às variáveis que aparecem citadas nesses iniciais fragmentos: José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, João Ramalho, Tibiriçá ou todos os jesuítas indiscriminadamente. No entanto, o debate mais intenso recaiu entre os partidários de Nóbrega e Anchieta. É sobre esse debate que iremos despendar o nosso entendimento. As possibilidades de leituras estarão circunscritas ao movimento que se fazia dos setores intelectuais e universitários para os meios de comunicação e a sua extensão pública na Cidade. Os jornais, revistas, emissoras de rádio e os recentes canais de TV da época reverberam com intensidade as divergências, reproduzindo as contendas que nasciam e se alimentavam nesses meios. Os anúncios e propagandas arrolados no período também insuflaram sem neutralidade alguma esse movimento. Produtos e serviços foram divulgados e vendidos com uma simbologia associada à imagem de um fundador que provavelmente melhor encarnava o apelo mercadológico dessa ou daquela empresa. Todas as questões de fundo ideológico que procuramos acompanhar na formatação deste trabalho endereçaram os seus fundamentos para a eleição e a vitória de um ou de outro nome, continham objetivamente todos os interesses que se manifestaram no decorrer do período. O poder de clivagem que se agregou ao mito fundador se revestiu de conceitos traçados por outras fases da história paulista. O diálogo com a tradição identitária da Cidade ajustou a distância desses endereçamentos, compondo símbolos que, em outras épocas, igualmente contribuíram para estruturar o passado e corporificar a memória social Paulista. Essas são importantes ressalvas que podem regular o tratamento dado ao núcleo do problema e melhor ajustar suas variáveis e conotações.

### **Anchietanos e Nobreguenses: a disputa da tradição**

Iniciaremos nossa reflexão por esse debate acompanhando alguns artigos publicados nesse período pela *Revista de História da USP*, organizada pela Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras e que contava, em sua comissão de redação, com um representativo grupo de professores de intensa presença nos meios intelectuais e na mídia da época.<sup>7</sup>

Na edição de número 20 da revista, publicada no final de 1954, encontramos um artigo do historiador Thomaz Oscar Marcondes de Souza, que assinava como membro da Sociedade de Estudos Históricos e integrante emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com o título “Algumas considerações em torno de uma nova lição do Padre Serafim Leite relativa à fundação de São Paulo”, o autor tornou pública as desavenças para com o respeitável historiador jesuíta. A contundência do texto nos parece das mais expressivas para que possamos filtrar a representatividade desse esgarçamento e reingressar nas turbulências históricas da época.

Em uma crítica direta ao historiador, tratado intencionalmente no artigo por português, Marcondes de Souza apresentou assim o problema:

Se é que compreendemos alguma coisa do que aí quis dizer o sempre respeitável historiador português, o que pretendeu demonstrar nesse artigo é que, a 25 de janeiro de 1954, - contra o que até hoje vimos acreditando, inclusive o próprio Padre Serafim Leite - esteve presente em Piratininga o Padre Manuel da Nóbrega ao ser fundado o Colégio. Sendo este a célula-mater da cidade de São Paulo, mais um título possuiria Nóbrega para que os seus panegiristas o considerassem “o fundador” de nossa metrópole.<sup>8</sup>

Utilizando como testemunho a improvável presença de Nóbrega no dia da fundação de São Paulo, o capcioso autor arquitetou seu argumento em escritos do próprio Serafim Leite, cujas referências à presença de Nóbrega no dia 25 de janeiro não foram anteriormente mencionadas:

O exame objetivo dos documentos dão-nos estas certezas: no dia 25 de janeiro de 1954 estavam (no campo de Piratininga) os Padres Manuel de Paiva, Afonso Braz e o irmão José de Anchieta. Estes são os fundadores. Quem mais?<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Alguns nomes que participavam dessa redação valem aqui serem citados: Alfredo Ellis Junior, Professor de História da Civilização Brasileira; A. P. Canabrava, Professor de História Econômica; Eduardo D'Oliveira França, Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea; E. Simões de Paula, Professor de História da Civilização Antiga e Medieval; Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista e Thomaz Oscar Marcondes de Souza do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

<sup>8</sup> SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. “Algumas considerações em torno de uma nova lição do Padre Serafim Leite relativa à fundação de São Paulo”. In: *Revista de História*. Nº 20 . Ano V, p. 371.

<sup>9</sup> O autor creditou essa informação a Serafim Leite. Idem, p. 371.

Ao revisar sua tese em 1954, Serafim Leite escorregava na ausência de documentos que pudessem comprovar essa nova versão, um fato que para Marcondes de Souza tornava-se injustificável para a história, na medida em que carecia de qualquer fundamentação.

Essa ausência de documentos decorria, segundo o autor, de duas hipóteses: ou de fato Nóbrega não esteve em São Paulo nessa data ou *para os cronistas da Companhia de Jesus, a começar por Anchieta, tão obscura se apresentava a figura de Nóbrega, que não valia o esforço de uma simples menção do seu nome [...].*<sup>10</sup>

Obviamente os dois caminhos traduzem a linha argumentativa do autor, de maneira que o adjetivo *obsuro* ali colocado transcorria da parcela de rancor de Marcondes de Souza a qualquer possibilidade de elaboração de Nóbrega como único fundador da Cidade de São Paulo. Serafim Leite guiava-se, segundo ele, por atropelos e arroubos de caráter conjectural e sem nenhum discernimento científico.

A polêmica irrigava-se nas crônicas do Padre Simão de Vasconcelos utilizadas pelo Padre Hélio Viotti, um fervoroso anchietano, apresentadas para testemunhar a ausência de Nóbrega no planalto Piratininga naquele fatídico dia.

Mesmo não defendendo a idéia de Anchieta como único fundador de São Paulo, a participação do apóstolo na montagem do gesto fundador foi extremamente destacada por Marcondes de Souza. Os desvios e equívocos de Serafim Leite foram então creditados a deduções de caráter pessoal e sem credibilidade para a história da Cidade:

De tudo que acabamos de expor, chegamos sem o menor esforço a esta dura realidade: o erudito historiador português, Padre Serafim Leite, não se sente seguro nas suas afirmativas visando emprestar ao Padre Manuel da Nóbrega o privilégio de único fundador de São Paulo de Piratininga, de vez que o que mais o preocupa não é a verdade histórica, mas sim dar expansão à uma exagerada vaidade nacional. Tanto isso é verdade que, com espanto geral de seletos auditório, na terceira sessão plenária do Congresso de História realizado nesta Metrópole, a 10 de setembro do corrente ano, declarou textualmente que “há paixão nas discussões (sobre a fundação de São Paulo) e paixão por paixão, a mim basta a de Nóbrega”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Idem, p. 372.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 377.

Toda essa contenda associava-se às diligências de cunho nacional sumarizadas nas disputas entre a tradição portuguesa e a espanhola pela hegemonia da identidade paulistana. Esse debate, que aparece de maneira velada durante as *Conferências Anchiitanas*, ganhou no decorrer das festividades do IV Centenário uma outra dimensão, contribuindo para reforçar as teorias que se agrupavam de um ou outro lado. Nem mesmo a declaração pública do Papa Pio XII, reconhecendo Manuel da Nóbrega como fundador da Cidade de São Paulo, conseguiu arrefecer as disputas. O pronunciamento foi identificado como extensivo ao burburinho gerado pelo surto nacionalista do historiador jesuíta português:

No dia 8 de setembro do ano em curso, o papa Pio XII atribuiu ao Padre Manuel da Nóbrega a fundação de São Paulo. Não fez, porém, essa declaração *ex-cathedra*, isto é, como chefe da Igreja, mas sim louvando-se em informações do Padre Serafim Leite, conforme noticiaram os jornais de Roma.

Mesmo que falasse *ex-cathedra*, as suas palavras não teriam valor, porque não nos consta que Sua Santidade se dedique ao estudo da história do nosso país. E depois, já se foi o tempo em que os papas tudo nos impunham [...].<sup>12</sup>

Como podemos verificar, a importância de Serafim Leite na acentuação e no desenrolar desse debate foi decisiva. Responsável pela organização e escrita dos principais trabalhos relacionados à presença dos inicianos no Brasil, o historiador jesuíta colecionava prestígio suficiente para transitar com expressão na mídia e no circuito intelectual na época, de forma que sua tese sobre o fundador da Cidade de São Paulo contava com grande representatividade.

*Novas páginas de História do Brasil* apresentou-se inteiramente como um volume dedicado à revisão de fatos relativos à imagem do sacerdote, recuperados diante da proximidade do IV Centenário. Em outras palavras, um livro que tinha como principal missão defender publicamente o nome de Nóbrega como fundador e, por isso, a veemência da crítica de Marcondes de Souza. Alguns argumentos utilizados pelo autor revelam o porquê do imbróglie com a corrente anchietana:

Novos documentos, inéditos uns, conhecidos outros [...] convidam a estudar de mais perto esse facto de tamanhas conseqüências históricas; e a própria celebração do IV Centenário impunha que se insistisse nos textos fundamentais e no

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 377.

esclarecimento de diversos pontos miúdos obscurecidos pelo tempo ou omissos pelos homens.<sup>13</sup>

O primeiro capítulo dessa obra foi todo dedicado aos aspectos históricos relativos à fundação de São Paulo e às ações desenvolvidas por Nóbrega em sua contribuição:

Sendo antes uma tapera e povoando-se, não por um movimento espontâneo dos índios, mas para aprenderem a doutrina e se batizarem: com este ato solene nasceu cristãmente a aldeia. E esta Aldeia de Piratininga nunca mais deixou de existir até hoje – e é São Paulo.

Este nome recebeu-o da Casa-Colégio, que Nóbrega aí fez inaugurada a 25 de janeiro de 1554, dia da Conversão de São Paulo. Por isto: porque asseveram alguns que não foi ele quem deu o nome a São Paulo?

Asseveram-no, ao que parece, para favorecer Anchieta [...].<sup>14</sup>

A tese de Serafim Leite tinha como argumento o próprio percurso realizado por Nóbrega pela região, antes de janeiro de 1554, em um périplo que deveria ser compreendido como gesto preparatório e que contribuía para o curso da fundação. Quando Anchieta e os outros religiosos aportaram no continente, o projeto da nova vila já possuía dia e hora marcada para acontecer.

Nesse sentido, a fundamentação do “partido anchietano” não tinha consistência histórica e reluzia por certezas inverossímeis numa mistura de fatos históricos e entusiasmo de dolo canônico:

Entretanto, por aquela mesma confusão adrede estabelecida, talvez se não faça ainda a Nóbrega plena justiça no presente centenário. Não porque o ponto essencial da fundação se não apresente historicamente certo. O que há, quer-nos parece, é o hábito adquirido, antes de se conhecer e aprofundar toda a documentação, de atribuir a Anchieta para efeitos da sua causa canônica [...].<sup>15</sup>

Serafim Leite via no IV Centenário a oportunidade de revisar os encaminhamentos relativos ao nome de Nóbrega, esquecido injustamente durante as comemorações:

---

<sup>13</sup> LEITE, Serafim. *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora nacional, 1965, p. 10.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 41.

[...] contra este esquecimento se insurgiram instituições e historiadores brasileiros do mais alto valor. Mas os que direta ou indiretamente promoveram agora esse esquecimento nas Comemorações do IV Centenário de São Paulo, reconhecem, enfim, que o grande Jesuíta é o principal fundador da excelsa e nobilíssima cidade [...].<sup>16</sup>

No capítulo intitulado “Nóbrega e a sua herança em São Paulo de Piratininga”, Serafim Leite carregou o texto com argumentos ainda mais redundantes. Esse artigo atijou profundamente a rivalidade com os partidários de Anchieta. A categorização de todo percurso histórico que culminou com a fundação do colégio que daria origem à Cidade foi acompanhada de perto por Nóbrega.<sup>17</sup> O reconhecimento de outros personagens nesse movimento não esgarçou a autoria do predestinado fundador. Ao contrário dos anchietanos, Serafim Leite testemunhou a presença do religioso na região e rebateu com fragmentos de cartas a tese da omissão defendida por alguns de seus principais opositores:

O fato sucedeu a 25 de janeiro de 1554, celebrando-se a missa inaugural do novo estabelecimento, primeiro nele, não na aldeia; e era o dia da Conversão de São Paulo, que ficou padroeiro do estabelecimento que se deve ao P. Manuel da Nóbrega [...].

Com esta verdade fundamental, hoje esclarecida e assente, há estudo circunstancial de miudezas secundária, que têm de abrir caminho através do peso morto de afirmações confusas passadas em julgado [...].<sup>18</sup>

Enfim, a sentença histórica estava dada e testemunhada por informações fundamentadas em fragmentos de cartas do próprio Anchieta. A rigor, Serafim Leite tencionava tratar o assunto como esgotado para história, *transitado e julgado*, e sem possibilidade de qualquer contestação:

Já a propósito do presente centenário, da nobilíssima cidade de São Paulo, se esmerilaram outros pontos miúdos, uns porque não eram claros em si mesmos, outros porque se tinham corrompido em autores de segunda ou terceira mão. Parece que terá algum interesse, ao menos relativo, proceder também a uma breve pesquisa sobre a origem daquela referência inicial de Simão de Vasconcelos ao P.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>17</sup> Uma versão mais resumida dessas idéias aparece sistematizada pelo autor, em artigo publicado na edição especial do IV Centenário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ver LEITE, Serafim. “A Cidade de São Paulo e a Companhia de Jesus”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, pp. 28-29.

<sup>18</sup> Obra citada, p. 47.

Paiva, e sobre o lugar em que Nóbrega estava ou não estava no dia 25 de janeiro de 1554: o que dizem os documentos do século XVI e com que olhos os viu o cronista de século XVII.<sup>19</sup>

Esse pensamento não foi compartilhado com o mesmo entusiasmo por um outro importante jesuíta, o Padre Hélio Abranches Viotti, que subsidiou as principais referências que aparecem nas proposições elaboradas por Marcondes de Souza. Na *Revista de História* editada em janeiro de 1955, foi o próprio Padre Viotti quem encaminhou o problema. Hábil na abordagem, o autor se esquivou da contenda, mas reforçou a tese de que em 1554 Nóbrega estava muito mais preocupado com a missão do Paraguai do que com a fundação de São Paulo. A provável ausência do religioso naquele ano reforçou a importância de Anchieta na fundação do colégio Piratininga:

[...] A Capitania de São Vicente, em particular, não oferecia sequer a perspectiva de progresso material. Por isso foi sempre sua intenção, estabelecer no Paraguai um novo centro de atividades.<sup>20</sup>

Distante de São Paulo em 1554, Nóbrega tinha a sua importância na fundação, mas o gesto fundador não poderia ser de sua inteira responsabilidade:

[...] Fosse porem onde fosse, o certo é que, nesse ano da fundação de São Paulo, [...] estava situado a centenas de léguas do campo de Piratininga.

Note-se que jamais negamos que dele tenha partido a decisão autoritativa, pela qual se fundou a 25 de janeiro, na Aldeia de Piratininga, o Colégio de São Paulo.

Por fim, Viotti decretou a importância de Anchieta na fundação da Cidade de São Paulo. Em suas cartas, enviadas aos superiores da Companhia de Jesus entre maio e setembro de 1554, declarou *que a principal razão da escolha de Piratininga, para ali se ter fundado, a 25 de janeiro a casa dos jesuítas era constituir nesse local uma etapa no caminho de outras gerações do sertão [...]*.<sup>21</sup>

A defesa da causa anchietana por parte do Padre Viotti aparece com maior intensidade em um livro editado posteriormente por ele, em 1966, em que se nota a

---

<sup>19</sup> Idem, p. 76.

<sup>20</sup> VIOTTI, Hélio Abranches. “Aspectos da Fundação de São Paulo através de escritos nobreguenses”. *Revista de História*. Nº 21 e 22. Ano IV. 1955, p. 47.

<sup>21</sup> Idem, p. 49.

reelaboração dessas idéias, em um momento em que o debate nutria outra intensidade.

As premissas são as mesmas, e o texto sedimenta a causa como praticamente resolvida:

[...] Uma nova missão e o primeiro “colégio” dos jesuítas no Novo Mundo, eis o que se instalou em Piratininga, a 25 de janeiro de 1554. A coincidência do dia de chegada e da primeira missa fez que se chamasse “Colégio de São Paulo”.

Um jovem religioso, de vinte anos incompletos, dotado de notável talento, invejável memória, grande energia de vontade, único que possuía formação humanística, por sinal esmerada, sustentaria esse colégio. Chamava-se José de Anchieta. E vinha timbrado pela santidade. Se a cidade de São Paulo procede do colégio, de que recebeu o nome, e se a existência do colégio dependeu da presença de Anchieta, está demonstrada a importância de seu papel para a existência de São Paulo.<sup>22</sup>

Esses embates entre nobreguenses e anchietanos geraram também situações inusitadas. O concurso de Ensaios Literários, organizado pela Comissão do IV Centenário embaraçou profundamente essas divergências. A derrota do trabalho “Anchieta”, de Joaquim Thomaz, que no ano de 1952 tinha conquistado pela Academia Brasileira de Letras o prêmio Joaquim Nabuco, foi atribuída a questões nebulosas e ocultas. O autor, que assinou o trabalho com o pseudônimo de José de Reritiba em recorrência ao apóstolo, acusou a comissão de má vontade, especialmente Sergio Milliet, que criticou a obra por considerá-la uma biografia, e não um ensaio:

Como, pois, o Sr. Sérgio Milliet achou biografia num ensaio que fiz sobre Anchieta? Por obnubilação?  
Por querer cometer um erro de fato, como se diz juridicamente?  
Por má vontade?  
Por má fé?  
Por não conhecer do assunto?  
Evidentemente só e só pela terceira pergunta: má vontade !  
Má vontade comigo?  
Não!  
Má vontade para com Anchieta?  
Exato!<sup>23</sup>

Na mesma edição da *Revista de História* que há pouco utilizamos encontramos outro artigo, de certa maneira igualmente contundente. Escrito por Eduardo Fernandes Y. Gonzáles, dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e de Sergipe, afirma:

<sup>22</sup> VIOTTI, Helio Abranches. *Anchieta. O Apóstolo do Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1966, p. 58.

<sup>23</sup> THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*, Rio de Janeiro, Editora Livraria Guanabara, 1954, pp. 11-12.

Nos últimos tempos tem-se tentado felizmente sem sucesso desconsiderar quanto a figura do Venerável Padre José de Anchieta que foi, sem a menor dúvida, um dos principais fundadores da cidade de São Paulo [...].

Numa inútil tentativa que não tem mais fundamento que a paixão, a afinidade ou o excessivo patriotismo de alguns e o desejo de notoriedade de outros, pretende-se apresentar a respeitável figura do Padre Manuel da Nóbrega, português, como único fundador da cidade de São Paulo, o que não corresponde à verdadeira realidade histórica.<sup>24</sup>

Com transparência, o autor pontuou como poucos a intensidade do problema. A seu ver, a natureza das divergências se associava potencialmente à nacionalidade dos autores. Esse é um aspecto que invariavelmente sempre regressava no calor do debate identitário. Se levarmos em conta o perfil populacional da Cidade de São Paulo naquele momento e o grande contingente de imigrantes que aqui moravam, essas divergências, colocadas nesses termos, indiscutivelmente endereçavam fortes significados. Em outras palavras, a representatividade que o mito fundador deveria agregar transpunha os limites simbólicos cunhados em tempos anteriores. De tal maneira que a imagem da fundação aos poucos ficou cada vez mais circunscrita a Anchieta e Nóbrega, em contraposição a outros símbolos que foram utilizados no passado. Nessa hipótese, a imagem de Anchieta agregava múltiplos sentidos e ampliava o seu campo de representação, justamente em um momento em que a heterogeneidade social mais se configurava. Por tudo isso, o tema sempre retornava ao debate, fundamentando para ambos os lados o significado da discussão, e colocando além da configuração do passado os ícones arbitrados na fundação. De tal maneira que José de Anchieta tornou-se o mito fundador mais apropriado e capaz de agregar, em um universo cada vez mais cosmopolita e diversificado que se estruturava pela Cidade, ampliando um ângulo cuja mensagem seria audível e extensiva a pluralidade de ouvintes que na paulicéia se aglomerava.

Não se tratava, portanto, segundo o autor, de tomar partido de um ou outro lado. A fundação da Cidade deveria ser compreendida como uma obra feita em equipe, por uma trupe de jesuítas e colonos que igualmente contribuíram com o alicerce da

---

<sup>24</sup> GONZALES, Eduardo Fernandes Y. “A fundação de São Paulo”. *Revista de História*. Nº 21 e 22. Ano IV. 1955, p. 323.

fundação, de maneira que todos os gestos produzidos por esses protagonistas tinham sua relevância.

A fundação de São Paulo é obra de equipe, no que muitos contribuíram, ademais das duas destacadas figuras antes mencionadas [...].<sup>25</sup>

O artigo segue enumerando, parágrafo a parágrafo, os gestos realizados por cada um dos fundadores. A lista é extensa e abarca momentos e períodos diversos. Termina finalmente com Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, este último um nome que *resplandece na fundação de São Paulo*:

*[...] o Santo Bandeirante de almas, o meigo, humilde dinâmico e abnegado irmão José de Anchieta, que a paixão de muitos pretende inutilmente eclipsar.*<sup>26</sup>

Segundo o autor, o imbróglio Nóbrega-Anchieta reverberava na época como um indigesto problema motivado por conta de vaidades nacionais e que apenas objetivava ofuscar o trabalho desenvolvido por Anchieta, daí a crítica aos devaneios do historiador Serafim Leite:

Julgamos, pois que desperdiçam lastimavelmente o seu tempo quantos por um ou outro motivo pretendem negar que Anchieta foi um dos destacados fundadores de São Paulo [...].

A questão Nóbrega-Anchieta, que é motivo principal do atual debate sobre a fundação da cidade de São Paulo, não pode ser conduzida pelo escorregadio caminho do patriotismo ou mesmo do da respectiva nacionalidade dessas duas relevantes figuras, sempre tão unidas, na fundação desta grande e hospitaleira cidade.<sup>27</sup>

Essa leitura enfraqueceu a representatividade de Nóbrega e, ao mesmo tempo, abriu caminho para o crescimento do papel de Anchieta na fundação de São Paulo, na medida em que os outros religiosos também presentes naquele janeiro não conquistaram, ao longo da história, a mesma notoriedade. Dessa maneira, configurava-

---

<sup>25</sup> Idem, p. 323.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 327.

se um grande momento para que a imagem de José de Anchieta se descolasse do grupo de fundadores e se transformasse no principal artífice da fundação.

Nota-se que as narrativas que no período difundiram a fundação da Cidade de São Paulo como um trabalho em grupo da Companhia de Jesus acabaram se diluindo em leituras constitutivas do mito fundador Anchieta, de forma que os outros religiosos aportados naquela época no Planalto Piratininga, Nóbrega inclusive, eram sempre nomeados a partir do apóstolo que aparece como único patriarca encabeçando a lista de fundadores.<sup>28</sup>

Em sentido inverso, nas argumentações que endossaram o nome de Nóbrega como fundador, não existiu espaço para outros interlocutores, uma interpretação indiscutivelmente mais sectária, que defendia a tese da unicidade e exclusividade do religioso na fundação.

Podemos encontrar essa percepção no trabalho do historiador Tito Lívio Ferreira, um árduo proponente da corrente Nóbrega, cujas argumentações não nos pareceram nem um pouco heterodoxas. Concluídos quase dez anos após o IV Centenário, os dois volumes da sua *História de São Paulo* reorganizaram boa parte desses escritos que apareceram de maneira dispersa no decorrer de toda primeira metade do século XX, quando o nome do autor foi apresentado como autoridade histórica para mediar os encontros organizados pela Rádio Record em defesa do religioso como fundador da Cidade.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> No artigo “Piratininga Jesuítica”, escrito por Bueno de Azevedo Filho, do Instituto Geográfico de São Paulo, essa categorização foi com claramente explicitada. Atentemos para um pequeno fragmento: *Quando morreu [...] ainda se fazia cercar por aqueles a quem tudo dera de si. Os padres, seus irmãos de hábito, e os indígenas e mamelucos, seus filhos espirituais na obra incessante da catequese. Na fundação de São Paulo do Campo de Piratininga o simples noviço de 54 – o santo – representou todo o espírito da própria comunidade jesuítica [...].* FILHO, Bueno de Azevedo. “Piratininga Jesuítica”. *Jornal Correio Paulistano*. 24.01.1954, p. 6.

<sup>29</sup> A legitimidade do currículo do autor, de certa maneira o colocava com certo destaque no debate da época. Além de um cargo no Museu Paulista entre 1946 e 1963, o historiador acumulava, entre outros, a vice presidência do Instituto Geográfico de São Paulo.

## NAS COMEMORAÇÕES DO IV CENTENÁRIO

UM PROGRAMA QUE RECONSTITUE A VERDADE

HISTÓRICA SOBRE A FUNDAÇÃO DA CIDADE

# “Nobrega, Fundador de São Paulo”

Audição de sentido altamente institucional sob a supervisão do historiador

**TITO LIVIO FERREIRA**

produção de THALMA DE OLIVEIRA e A. A. LEITÃO

**Amanhã, às 21,30 horas, na**

**RADIO RECORD**

A Rádio Record gozava de grande popularidade em 1954. Com uma programação voltada maciçamente para um público popular, seus programas, eram com recorrência, divulgados na imprensa escrita. *Jornal O Diário de S. Paulo*, 12.01.1954, p. 09.

## “Nobrega, o fundador de S. Paulo”

RECONSTITUINDO A VERDADE HISTORICA SOBRE A FUNDAÇÃO DA CIDADE QUADRISSECCULAR

A Radio Record iniciou ontem, com grande êxito, a apresentação de uma série de programas de sentido altamente institucional, que visa à reconstituição da verdade histórica sobre a fundação de São Paulo. A série, que compreenderá um total de 13 programas, apresentados em todas às segundas-feiras, às 21,30 hs., pelas ondas da P.R.B.-9, tem a supervisão do historiador Tito Lívio Ferreira, que fornece os elementos históricos para os produtores Thalma de Oliveira e Agostinho Aguiar Leitão. Encerra ela a biografia do padre Manoel da Nobrega, e, no decorrer de sua apresentação, surgirá, então, em relevo, a história da fundação de São Paulo, que será abordada na transmissão do próximo dia 25, data da efemeride máxima de nossa cidade.

Para o programa de estreia, ontem, de «Nobrega, o fundador de São Paulo», o maestro e arranjador Gabriel Migliori escreveu uma grande abertura musical, com participação de um coral misto e grande orquestra.

O anúncio destaca a presença do Historiador Tito Lívio Ferreira no programa que se propunha a fazer a reconstituição da verdade histórica sobre São Paulo.

*Jornal Diário de S. Paulo*, 13.01.1954, p. 8.

Nas homenagens iniciais da obra, o autor acenou com os contornos históricos que daria nestes escritos: *Aos meus irmãos Portugueses, Lusotupis e Lusoafrianos a quem o Brasil deve a sua formação e a sua integração no Lusocristianismo. Aos meus irmãos Paulistas Brasileiros e Brasileiros Paulistas que na Terra de São Paulo engrandecem a Pátria Brasileira.*<sup>30</sup>

Na linha argumentativa de Serafim Leite, Tito Lívio enveredou também pelas questões de metodologia da história e pelo embasamento documental que uma versão tinha sobre a outra. A idéia de uma história-verdade, refém da análise objetiva dos documentos, compunha os caminhos para que o autor juramentasse a idoneidade de sua versão.<sup>31</sup> As possíveis características outorgadas por nossa tradição colonial portuguesa não eram fundamentalmente responsáveis pelos impasses do mundo moderno.<sup>32</sup> De forma que, no acerto de contas entre Brasil e Portugal, o débito brasileiro era impagável, não tendo, assim, sentido algum trocar o patriarca português da nossa principal cidade por um fundador espanhol. A Cidade de São Paulo agraciava-se como o principal símbolo e pungentemente alienada à funcionalidade do Estado e da tradição lusitana:

Nessas condições, a História do Brasil e, conseqüentemente, a História de São Paulo, são capítulos da história de Portugal, ao longo de mais de trezentos anos. Daí o lusobrasileiro e o lusopaulista caminharem juntos na História lusobrasileira de 1500 a 1822. Mas foram os lusopaulistas [...] os continuadores da obra sem exemplo dos nossos antepassados lusíadas [...] realizam, com o

<sup>30</sup> FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda – Editora, 1968.

<sup>31</sup> Idem, p. 3.

<sup>32</sup> Essas proposições apontam para um importante problema que intensamente se colocou nas análises históricas, que se associaram à *geração de 30*, acerca da herança colonial. De certa maneira, o debate que marcou a obra de importantes historiadores em relação ao passado colonial resvalava igualmente nas questões locais. Não podemos esquecer que Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, escrevem nesse período e que, no interregno do Estado Novo e o regime militar, esse debate esteve extremamente galvanizado pela busca de encontrar as verdadeiras razões do nosso atraso.

Na periodização elaborada por Carlos Guilherme Mota, no seu *Ideologia da Cultura Brasileira*, o período foi nomeado como de “redescobrimento do Brasil”. Atentemos para a explanação do autor: *O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro. Assim, contrapondo às explicações autorizadas de Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna concepções até então praticamente inéditas, e que soariam como revolucionárias para o momento [...].* MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo, Editora Ática, 1978, pp. 27-28.

Bandeirantismo, o maior expansionismo terrestre da história da civilização, em prolongamento ao maior expansionismo oceânico da história do mundo.<sup>33</sup>

Segundo a explanação do autor, a principal marca de Nóbrega era a consignação de um gesto fundador português, que culminou com a fundação da Cidade de São Paulo, uma caminhada que lembra, em grande medida, as entusiasmadas acepções de Eduardo Prado acerca do diferenciado protagonismo luso nos idos anos da colonização.<sup>34</sup>

Nesse Bandeirantismo integral, porque realizado pelo Lusocristianismo, interatuam todas as forças vivas da sinergia lusíada. Ora, o lusíada, ou o português tinha a alma bandeirante [...]. E com o padre Manuel da Nóbrega, primeiro secretário da Educação do Brasil-Lusitano, fundador de São Paulo e bandeirante de Deus no Brasil; João Ramalho, Patriarca dos Bandeirantes do Brasil e Antonio Raposo Tavares, rei do Bandeirantismo; com esses três maiores bandeirantes lusíadas surge, forma-se, agiganta-se a vocação brasileira dos bandeirantes paulistas [...].<sup>35</sup>

Avançando algumas páginas no texto, chegamos finalmente ao momento fatídico em que o autor descreveu a fundação de São Paulo e, com uma inesperada ironia, inseriu outros religiosos na cena, Anchieta inclusive: *E assim o gago e o corcundinha vão se unir por mais catorze anos, para realizarem juntos a grande obra do Lusocristianismo.*<sup>36</sup>

A referência ao *corcundinha* e aos outros religiosos que, ao lado do *gago*, não esmoreceram na tarefa da fundação, não representou a anuência do autor para com os outros intelectuais que confundiam os verdadeiros atributos de cada um desses adoentados personagens no protagonismo da fundação. E, como um testemunho da sua tese, o texto, de maneira didática, deixa a prosa para estilizar em versos a sua mensagem principal:

---

<sup>33</sup> FERREIRA, Tito Lívio. Obra citada, p. 8.

<sup>34</sup> A referência a Eduardo Prado pode parecer contraditória, na medida em que associamos o autor às Conferências Anchiéticas que, como dissemos, foi central para o desenvolvimento do mito anchiético. A hipótese é que no terceiro centenário da morte do religioso o debate ganhou outro tratamento. O próprio Eduardo Prado esteve muito mais preocupado em acentuar os aspectos seletos da geração que predestinou a história de São Paulo e do Brasil. Em resumo, Anchieta foi ali apresentado como parte de uma geração que, cunhada entre as melhores características étnicas da Europa, era responsável por São Paulo representar o que era para a história da colonização do Brasil.

<sup>35</sup> FERREIRA, Tito Lívio. Obra citada, p. 9.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 41.

Padre Manuel da Nóbrega entrepara,  
um momento no alto da colina;  
alonga o olhar pela paisagem clara  
e a sua alma toda se ilumina.  
Padre Manuel de Paiva entre a coivara,  
na humilde capela pequenina,  
a missa padroeira celebrava,  
enquanto Anchieta os curumins ensina.  
O Pátio do Colégio é o verde engaste  
onde a estrela dos filhos de Loiola,  
fulge acesa no topo da restinga.  
E assim Manuel da Nóbrega fundaste,  
sob o sinal de Cristo e numa Escola,  
esta São Paulo de Piratininga.<sup>37</sup>

No prefácio dessa obra, Tito Lívio nomeou a capital paulista, como a *Cidade de Manuel da Nóbrega* e esboçou, nesse trabalho, grande parte dos argumentos que corporificaram a corrente luso-Nóbrega no debate da fundação.<sup>38</sup>

Em contrapartida, um dos melhores exemplos que podemos estabelecer entre os Anchiitanos e as proposições que acabamos de observar dos nobreguenses, está expressa na obra de Álvaro Amaral, *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*. O livro, também publicado após o IV Centenário, consegue com profundidade transpor e atualizar a dimensão e a intensidade do debate que transcorreu naquele momento, em especial relacionado às questões impulsionadas pela temática nacional.

A análise de Álvaro Amaral impressiona por sua complexidade argumentativa. A fortuna crítica recomposta pelo autor não esmera desvios e reconstitui com detalhes a maioria dos temas e autores que vimos até aqui percorrendo.

Descolando o saudoso apóstolo da sua linhagem étnico-nacional, o autor procurou desconsiderar o argumento de um José de Anchieta espanhol. Na abordagem reconstitutiva da vida do religioso jesuíta, Álvaro Amaral o descreveu como um ser nômade e sem traços nacionais. Ancorado nas palavras do padre e historiador espanhol Francisco de Mateos, proferidas durante as conferências que ocorreram na institucionalização do dia nacional de Anchieta, e posteriormente editadas no volume

<sup>37</sup> Ibidem, pp. 41-42. Esse fragmento do texto foi reproduzido em inúmeras propagandas que encontramos no período e serviram como referência, para a maioria das tratativas históricas vinculadas pelos nobreguenses.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 10.

*Anchietana*, o autor decompôs como poucos os vínculos nacionais de Anchieta, esmorecendo as pretensões de quem ainda insistia em alimentar esse debate:

[...] pode-se concluir que José de Anchieta compreenderia que a sua nacionalidade era uma questão um tanto nebulosa, não havendo elementos positivos para se considerar como pertencente a uma nacionalidade indiscutível, certa e determinada.

[...] por parte de mãe, poderia se considerar: ou um nativo de raça guanche, descendente dos antigos berberes, primitivos povoadores da Ilha de Tenerife; ou mesmo um português, pois, como vimos, Portugal sempre manteve pretensões de que as Ilhas Canárias lhe pertencessem; - ou um espanhol, eis que a Espanha, na época do seu nascimento, era a nação que governava aquelas ilhas [...].

Portanto, à vista do exposto, parece-nos que Anchieta era praticamente um desterrado, um exilado [...].<sup>39</sup>

A moldura argumentativa procurou acentuar o deslocamento do apóstolo pelo Estado Português, a sua formação na Universidade de Coimbra em um insistente processo de desapego e rompimento com os trajes e ranços nacionais.<sup>40</sup> Um desenraizamento sem máculas ou traumas que declinava da natureza nômade do apóstolo, muito mais apegado aos desafios da alma do que às credices terrenas:

[...] não seria necessário que ele tivesse chegado a se considerar como tendo perdido a nacionalidade de seu nascimento [...]. O que imaginamos é que ele nunca teria tido um verdadeiro amor patriótico, eis que nunca chegara a ter uma verdadeira Pátria.<sup>41</sup>

No limite, esses argumentos se direcionavam contra o maior alzo dos Anchietanos, o Padre Serafim Leite, para quem esse desprendimento nacional de Anchieta decorria do seu passado e origem nebulosa, não revelada à Companhia de Jesus quando da sua entrada na congregação. Diz Amaral:<sup>42</sup>

<sup>39</sup> AMARAL, Álvaro do. *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 16-17.

<sup>40</sup> Idem, p. 17.

<sup>41</sup> Idem, p. 18.

<sup>42</sup> Ibidem, pp. 18-19.

E fica assim destruída, mais uma vez, esta deselegante acusação feita ao nosso Taumaturgo Padre José de Anchieta pelo Pe. Serafim Leite obcecado pela defesa que pretende fazer de mui ilustres jesuítas portugueses [...].<sup>43</sup>

Ao contrário de historiador Jesuíta, que considerava a fundação do colégio de Piratininga o principal gesto fundador da Cidade de São Paulo, Álvaro do Amaral relatou o desconforto de Nóbrega com os índios e colonos, suas pretensões em partir para o Paraguai<sup>44</sup> e, sobretudo, questionou a participação do religioso na celebração da missa:<sup>45</sup>

Como, pois, dizer que Nóbrega, naquele dia, “fundou” São Paulo, ou mesmo, que pretendeu lançar as bases de uma obra definitiva, que iria se transformar em uma vila oficial, a qual viria a se transformar nesta nossa querida cidade de São Paulo?<sup>46</sup>

O foco da crítica à “escola” de Nóbrega decorria, na abordagem do autor, da predileção tendenciosa e insistente de sempre vincular o histórico da fundação aos traços de origem genuinamente portuguesas, desconsiderando as contingências históricas que dimensionavam tanto Portugal quanto a Espanha na lógica da cristandade e notabilizando a “conquista espiritual da América” como uma obra única:

Mas o Padre Serafim Leite é deveras curioso quando estuda fatos que se acham relacionados ao Venerável Padre José de Anchieta que, por não ser português, passou a ser considerado por ele como elemento estranho aos interesses dos portugueses no desenvolvimento da História do Brasil [...].<sup>47</sup>

Após recolocar o problema da nacionalidade de Anchieta, Álvaro do Amaral passou a recompor, de maneira didática, o corolário de autores que contribuíram para fortalecer a tradição anchietana ao longo de todo o século XX. Iniciou por Capistrano de Abreu, que assinou um artigo em 1927 destacando a obra de Anchieta no Brasil, confirmando a presença do apóstolo no dia de fundação de São Paulo.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>45</sup> Ibidem, pp. 49-51.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 72. Álvaro do Amaral destacou a importância de Capistrano de Abreu para montagem da tradição anchietana e ao mesmo tempo criticou a utilização arbitrária e às avessas dos escritos do autor realizado pelos nobregueses.

Movendo o foco reflexivo, o autor adentra finalmente no aspecto mais importante e complexo de seu trabalho: a questão da unicidade do fundador da Cidade de São Paulo, uma abordagem que preponderantemente esteve vinculada aos discursos dos nobreguenses. Como veremos, Álvaro Amaral conseguiu objetivamente compor o que desde o início deste trabalho procuramos insistentemente afirmar: a hipótese de que o mito fundador Anchieta nasce num primeiro momento como uma representação menos sectária e agregadora, uma imagem ilibada, reconstituída e em companhia de outros fundadores:

Assim, dizer-se que uma pessoa fundou uma vila aqui no Brasil, na era colonial, é positivamente um contra-senso.

Portanto não houve um fundador de São Paulo.

O que se pode dizer é que houve uma, ou algumas pessoas que, com o seu trabalho, o seu sacrifício, o seu amor, contribuíram para que a pequenina semente lançada no dia 25 de janeiro de 1554, em um ato religioso, não governamental – desabrochasse mais tarde nesta Metrópole atual.

Mas quem foi essa pessoa, ou quem foram essas pessoas, depende em grande parte do modo de ver de cada um.

Podemos porém positivar uma coisa: esse modo de ver, tradicionalmente, é indicado pela Vox Populi.

E quem sempre foi considerado pela tradição da gente paulista como fundador de São Paulo?

E a nossa cidade – São Paulo – sempre foi chamada como a cidade de quem?

São perguntas às quais somente não saberão responder os que não são paulistas.

Para nós, piratininganos, a resposta é uma só, e como disse o maior historiador das coisas paulistas:

“Anchieta noster es”.

E, em contrapartida: São Paulo é a cidade de Anchieta!<sup>49</sup>

E, como não podia deixar de ser, Álvaro Amaral descarrega toda a sua crítica sobre Serafim Leite, que, por não ser paulista, não tinha capacidade e nem lisura para analisar e comentar os acontecimentos que ocorreram aqui:

Não precisamos de que um estranho às nossas tradições venha dar-nos lições baseada não em documentos, mas em simpatias ou antipatias pessoais, frutos de um racismo antipático e destruidor do nosso patrimônio espiritual de quatro séculos.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Ibidem, pp. 108-109.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 109.

Em seguida, o autor passou a enumerar alguns fragmentos de vários autores sobre o momento da fundação, todos com visões muito próximas ao que foi citado acima e rebatendo igualmente a idéia da unicidade na fundação.<sup>51</sup>

Como último elemento em referência a essas problematizações, cabe ainda citar uma intrigante discussão apresentada pelo autor e que ocorreu em torno da proposta de criação de um monumento em homenagem ao fundador de São Paulo.<sup>52</sup> A discussão, que foi acompanhada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, contemplou as agruras e dissonâncias que procuramos mostrar até aqui. A presença de Taunay na contenda torna o assunto ainda mais apetitoso. Ao lado de Antônio Piccarolo e Omar Simões Magro, ele compunha uma comissão organizada pelo Instituto para deferir o destino do monumento.<sup>53</sup>

O registro das falas dos autores, e o que inicialmente aparece como uma guinada para o partido dos nobreguenses, aos poucos modulam fidelidade à tese anchietana. O embuste transcorre da afirmação inicial de Taunay:

Se se trata de erigir um monumento ao Fundador de São Paulo, caberá a Nóbrega esta homenagem mais do que a Anchieta.<sup>54</sup>

Como dissemos, aparentemente Taunay apresentou seu argumento reforçando a tese da unicidade de Nóbrega na fundação de São Paulo. Mas correlato aos remanejados discursos que se proferiam na época, a semântica da frase outorgava, para o atento Álvaro do Amaral, ainda um outro significado:

Desde logo verifica-se que o Dr. Taunay foi conclusivo, mas não decisivo. Declarou simplesmente que: “Caberá a Nóbrega mais do que a Anchieta”. Não disse ele: “Cabe a Nóbrega exclusivamente” [...].<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> Os autores citados por Álvaro Amaral são os seguintes: Silvio Romero, Melo Moraes, Eugênio Vilhena de Moraes, Rocha Pombo, Afonso Taunay, José Pedro Leite Cordeiro, Padre Fernando Pedreira de Castro, Batista Pereira, J.M. Pereira da Silva, Barão do Rio Branco, Nuto Sant’Ana, Afrânio Peixoto, Alfredo Elis Júnior e Pedro Calmon. É importante destacar que alguns desses autores aparecem como elementos estruturantes na concepção da corrente nobreguense, revelando, como já dissemos a ambivalência dessas fundamentações históricas que transcreviam dos autores só aquilo que contribuía para justificar uma tese ou idéia.

<sup>52</sup> O monumento em questão foi inaugurado em junho de 1925 com título “Glória Mortal aos Fundadores de São Paulo”; todavia as discussões sobre sua realização remontam à primeira década do século XX. Quanto à localização da obra, por conta do Centenário da Independência do Brasil em 1922, a Câmara Municipal de São Paulo definiu ela seria construída no centro da Cidade, no então Largo do Palácio.

<sup>53</sup> AMARAL, Álvaro do. Obra citada. Ibidem, pp. 130-131.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 131.

Afora as questões que se travestiam como picuinhas semânticas, o autor guardava na algibeira a totalidade do debate, temperando, ao seu gosto, o reingresso do ilustre historiador na contenda, em uma cirúrgica observação:

Agora se trata de homenagear não o fundador e sim o mais ilustre dos fundadores de São Paulo, aí sim, caberá a primeira plana a Anchieta incontestavelmente [...].<sup>56</sup>

Por fim, o parecer de Antônio Piccarolo deu cabo do problema, liberando o caminho para que a tradição anchietana agregasse mais esse nocaute em seu caminho:

A questão levantada [...] relativa ao projetado monumento ao Padre José de Anchieta, fundador de São Paulo, não é das mais simples [...]. Uma cidade é um fato material e moral, é urbs e civitas; pode portanto ter um fundador material e um fundador moral. Agora, não se pode negar que Anchieta, se não foi o fundador material da cidade, concorreu, como nenhum outro, à formação primitiva daquela entidade moral que se tornou em seguida a Cidade de São Paulo.<sup>57</sup>

Não existia sentido algum em atizar, naquele momento, esse insano debate, fundamentado exclusivamente por nostalgias secretadas em divergências nacionais. A tradição da Cidade São Paulo, cotejada pelo processo de metropolização com feições do capitalismo moderno, abria o cenário para uma leitura simbolicamente mais abrangente. No entanto, a miopia dos extratos nobreguenses preferia parafrasear a máxima do padre e discursava às pedras, desconsiderando os outros atores, que ao lado de Nóbrega, arregimentaram o projeto de transposição dos limites da serra do mar e deram início à interiorização da colonização portuguesa.

O monumento em questão deveria, portanto, superar essas animosidades e indistintamente homenagear todos aqueles que, à sua maneira e disposição, participaram nos marcos da fundação:

[...] sem distinguir se foram eles descendentes de lusitanos ou castelhanos – bastando saber que foram heróis que tudo quanto deram para que hoje possamos agradecer [...].<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 133.

Esse foi um dos principais aspectos para o processo de hegemonização da corrente Anchieta. A visão menos fechada que se constitui em torno do taumaturgo abarcava, naquele contexto social, outros artífices, em uma Cidade de muitas nacionalidades, de várias culturas e, por que não, de vários fundadores. A associação de Anchieta como um mito fundador agregava a diversidade de tribos que se amontoavam no conglomerado urbano da Cidade, incorporando sentidos diversos e contemplativo à inserção social da babel que se adornava. A ressignificação simbólica do mito fundador e a atualização de sua possível representatividade potencializaram o perfil histórico de Anchieta, sempre representado como um símbolo menos intransigente, empreendedor e de perfil mais compreensível na polvorosa urbana que se arquitetava.<sup>59</sup>

Nas imagens que se projetaram sobre o apóstolo no período, esse endereçamento simbólico é sem dúvida o aspecto mais destacável. O tom carismático e mediador do fundador, sua aura serena e tranqüila em companhia dos índios e Bandeirantes e de tantos outros, que por força da presença e acolhimento do fundador, não foram um empecilho para que a Cidade conquistasse o título de urbe que mais crescia no mundo.

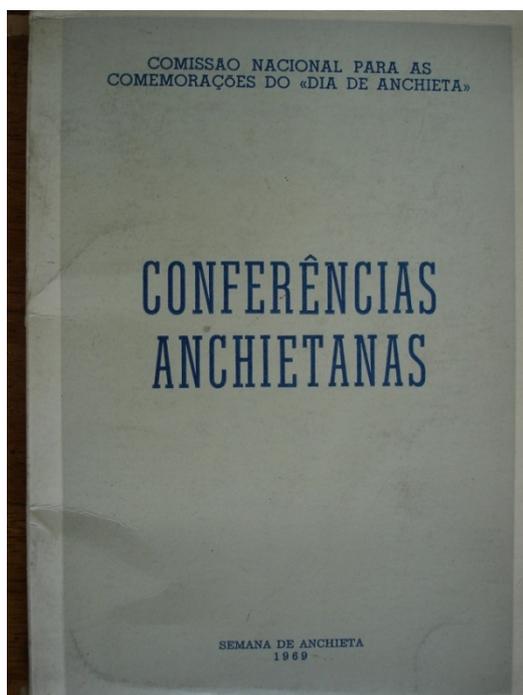
Por tudo isso, a associação por vezes um pouco exagerada entre povo e mito fundador, destacada pelos anchietanos - na medida em que se omite e naturaliza a ação deliberada do Estado e das vozes dominantes em forjar no passado os elementos constituintes da memória social - se estabelece como pedra de toque para a credibilidade dessa tradição. Os anchietanos circularam os discursos nessa associação e se utilizaram dessa caracterização para nomear o apóstolo como mito fundador, projetando uma cena coletiva e conclamando, na sua imagem, a idéia de exclusividade canônica e verdadeira.

Essa foi uma proposição que angariou discursos em períodos dos mais diversos. O regresso do debate em datas posteriores ao IV Centenário e a demarcação de uma

---

<sup>59</sup> José de Alarcón Fernandes escreveu um artigo muito claro em relação ao tema. Destacando a concepção menos fechada de Anchieta e o movimento expansivo das bandeiras, pela primeira vez encontramos, nos documentos, uma referência explícita ao conceito de “universalismo anchietano”: *Para crer nela e difundir a universalidade das Bandeiras piratininguaras, irmanando-se à universalidade anchietana [...] de titânica atuação um século depois [...]. Sempre e, desde os seus anos coimbranos de estudante, José de Anchieta quis, com o seu voluntário anonimato e irretorquível modéstia, calcar presença na sua já ganha universalidade, fazendo questão de despir-se de sua personalidade física e moral [...].* FERNANDES, José de Alarcón. “Anchieta, o apóstolo do Brasil”. *Jornal A Gazeta*, 26.01.1954, p. 9.

cronologia de exaltação aos artifícios de Anchieta como mito fundador aparece requeentado, por exemplo, em 1969, durante um novo ciclo de palestras também nomeadas Conferências Anchiéticas, assim como ocorreu em 1896. A conferência realizada por César Salgado recuperou boa parte das divergências que procuramos contrapor e apresentar até aqui. Outra vez, o assédio pelas contendas nacionais foi o destaque.<sup>60</sup>



Capa do livro *Conferências Anchiéticas* publicado em 1969, como parte das atividades relacionadas ao dia de Anchieta.

Antes de ingressar de vez no tema, o autor justificou seus argumentos comparando o ofício do historiador ao do juiz, no intuito de desconstruir os argumentos projetados pelos nobreguenses, considerados por ele equivocados por montarem o seu testemunho em argumentos de fórum pessoal, colocando a *história a serviço de pessoas, grupos ou nacionalidade [...]*.<sup>61</sup>

<sup>60</sup> Essa conferência foi proferida no dia 9 de junho de 1969 no Pátio do Colégio, em São Paulo, com o título “José de Anchieta o primeiro mestre escola de São Paulo”. Ver SALGADO, César. *Conferências Anchiéticas*. Comissão nacional para as comemorações do dia de Anchieta. Rio de Janeiro, Editora Americana, 1969, p.100.

<sup>61</sup> Idem, p. 103.

Para o autor, essas considerações derivavam de uma tendência estampada durante o IV Centenário com o claro objetivo de exaltar a *obra colonizadora dos lusos em nossa terra*.<sup>62</sup> O norte principal da crítica era contra os nobreguenses, que desencadearam, no período, uma verdadeira cruzada revisionista, apenas com o objetivo de atacar a figura de Anchieta:

E surgiram, então, manifestações surpreendentes, na imprensa, na cátedra e na tribuna: a Manuel da Nóbrega, todas as honras, pois São Paulo lhe deve mais do que a qualquer outro; exclua-se Anchieta dos pretendentes ao título de fundador de São Paulo, que pertence unicamente a Nóbrega.<sup>63</sup>

Quinze anos depois dos embates ocorridos em 1954, se ambientavam essas novas Conferências Anchiéticas, sem a mesma força inaugural e desconectada do furor do seu debate na época. As explicações do autor, deslocadas do momento, soaram como um discurso que parece evasivo: *Teriam razões históricas ditadas esses pronunciamentos? Não, razões de ordem meramente patriótica ou interesseira. Fosse Anchieta Português...*<sup>64</sup>

A procedência dessa pergunta e resposta do autor circula bem o escopo do problema, na medida em que boa parte dessas divergências foi postergada ou se deslocou ao longo da história, instalando-se em outros nichos. A transformação por que a Cidade passou, arrebatada pela aura modernizadora, transportou o debate para outros lugares, de maneira que a outorga da narrativa anchietana fundadora percorreu e sobrepôs impasses, calou e enfraqueceu novos opositores, superando o regresso de divergências num esforço em vão *dos novos emboabas* que não perceberam que *Anchieta é inatingível, porque se refugiou no coração de São Paulo*.<sup>65</sup> A deliberação desse movimento e os recheios de sua impostação revelam os traços da sua projeção na memória social da Cidade de São Paulo, antes, durante e depois das comemorações do IV Centenário.

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 109.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PRACEL